AVAAZ | PL 2630 Reaction / Reação

ENGLISH BELOW / CONTATO - CONTACT: media@avaaz.org

Reação da Avaaz sobre a votação do PL 2630

BRASÍLIA, 2 de maio de 2023.-- A votação para regular as plataformas de redes sociais foi adiada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, após pedido do relator Orlando Silva, para ter mais tempo para aprimorar seu relatório e abarcar pedidos de mudança.

Um dos elementos mais interessantes dessa história é o lobby gigantesco que o Google encabeçou para lutar contra esse projeto de lei nas últimas semanas. Não vimos nada parecido com isso quando a União Europeia votou a Lei de Serviços Digitais (DSA) no ano passado, que se assemelha ao modelo do projeto de lei brasileiro.

Só nesta semana, o Google colocou em sua página principal de pesquisa - para todos os brasileiros - uma mensagem em oposição ao projeto de lei; um aviso na área de criação de conteúdo do Youtube; anúncios dentro do Facebook e vários anúncios de página inteira no jornal Folha de S. Paulo. Foi um excesso tão evidente que levou o Ministério da Justiça a exigir uma investigação e o Ministério Público Federal a pedir explicações ao Google.

Laura Moraes, diretora de campanhas da Avaaz, um movimento cívico com 19 milhões de membros no Brasil que há mais de três anos pede a regulação das plataformas de redes sociais, disse hoje: "*Os brasileiros estão cansados de esperar por proteções contra empresas de redes sociais irresponsáveis que visivelmente não têm interesse na segurança de nossas crianças ou de nosso país. Isso ainda não acabou.*

Já está comprovado que a falta de regulação das redes sociais é perigosa, e nossos deputados sabem disso. Sem esse projeto de lei, não há nenhum órgão que tenha o poder de monitorar as plataformas de mídias sociais, responsabilizá-las por suas ações e garantir que elas não causem danos ao público. E o relator disse que o tempo extra que precisa é justamente para pensar em uma alternativa viável para esse órgão. Precisamos garantir que ele existe, seja autônomo, independente e empoderado para monitorar, fiscalizar e sancionar, caso necessário.

Após semanas de um lobby absurdo e campanhas irresponsáveis de desinformação e medo promovidas por empresas bilionárias como o Google, não é nenhuma surpresa que a votação tenha sido adiada. Mas essas empresas não venceram, elas apenas provaram, mais uma vez, o pouco interesse que têm em proteger os cidadãos de nosso país e o quanto estão dispostas a serem negligentes com nossa segurança e nossa democracia."

O PL 2630/20 exigiria que as plataformas de redes sociais prestassem contas sobre quais os maiores perigos representados por seus serviços e como iriam fazer para mitigá-los, se comprometessem com melhorias concretas e enfrentassem consequências em caso de omissão.

Especificamente, obrigaria as plataformas a agirem no "melhor interesse das crianças" que utilizam seus serviços, inclusive proibindo o uso dos dados de menores para o direcionamento de anúncios

infantis. Também exige que as empresas de redes sociais - que são conhecidas por trabalharem de forma obscura - compartilhem informações cruciais sobre suas ações pela primeira vez, como as formas que os algoritmos moldam o que os usuários veem e o escopo e a escala do conteúdo nocivo nas plataformas.

Para cada risco sistêmico que as plataformas identificassem, como restringir a liberdade de expressão ou afetar negativamente as crianças, elas teriam que se comprometer com medidas específicas de prevenção. Caso contrário, ou se as medidas propostas não fossem suficientes para impedir os danos causados por seus serviços, elas seriam responsabilizadas pelas consequências de sua omissão por meio de multas e outras sanções administrativas.

Agora, precisamos garantir que o projeto não seja engavetado e que, após melhorias, seja novamente colocado para votação no plenário. Nós, brasileiros, temos urgência para regular as redes sociais para proteger: nossas crianças e adolescentes, nossas vozes e nossa democracia. A luta não se encerra agora.

Para mais informações sobre o PL 2630/20, clique aqui.

Sobre a Avaaz: A Avaaz é uma organização global de ativismo com 70 milhões de membros em todo o mundo e 19 milhões de membros no Brasil, que lutam para resolver os maiores desafios do nosso tempo. A organização é 100% financiada por pequenas doações individuais do mundo inteiro e possui um longo histórico na defesa dos direitos humanos, na proteção de democracias contra a desinformação, na luta pelos direitos indígenas e na pressão por ações climáticas urgentes.

ENGLISH VERSION

Avaaz reaction on the voting of PL 2630

BRASILIA, May 2nd, 2023 - We thought you'd be interested to know that the vote to regulate social media companies has been postponed by the Brazilian Speaker of the House, Arthur Lira, after request by the rapporteur Orlando Silva, who asked for more time to improve the draft and incorporate changes.

One of the most interesting elements of this story is the all out lobby machine that Google led to fight against this bill in the last weeks. We did not see anything like this from Google when the EU was voting on the Digital Services Act last year, which the Brazilian bill is partially modeled after.

This week alone, Google put a line about their opposition to the bill on their main search homepage for all Brazilians; a tab on the YOUTUBE Content Creator Studio for creators; ads inside Facebook; and multiple full page ads in Folha de S.Paulo. It was such an egregious overreach that it has sparked the Ministry of Justice to call for an investigation and the Federal Prosecutor has asked Google for explanations.

AVAAZ | PL 2630 Reaction / Reação

Laura Moraes, Campaign Director of Avaaz, a civic movement with 19 million members in Brazil who have been calling for regulation of social media companies for over three years, said today: *"Brazilians are tired of waiting for protections from reckless social media companies that clearly have no interest the safety of our children or our country. This is not over.*

Unregulated social media has already been proven to be dangerous, and our MPs know it. Without this bill there is no body that has the power to monitor social media companies, hold them accountable for their actions, and ensure that they don't cause public harm. And the rapporteur said that the extra time he needs is precisely to think of a viable alternative for this body. We need to ensure that it exists, that it is autonomous, independent and empowered to monitor, supervise and sanction, if necessary.

After weeks of outrageous lobbying efforts and irresponsible misinformation and fear campaigns from billionaire companies like Google, it is no surprise that the vote was delayed. But these companies have not won, they have only proven, once again, how little interest they have in protecting the citizens of our country and how reckless they are willing to be with our safety and our democracy.

Now, we need to make sure that the project is not shelved and that, after improvements, it will be put back to the plenary for a vote. We, Brazilians, urgently need to regulate social media to protect: our children and adolescents, our voices, and our democracy. The fight does not end now."

The bill, PL 2630, would require social media companies to account for all the biggest dangers posed by their services, commit to concrete improvements, and face consequences if they fail to act. Specifically, it would require the platforms to act in "the best interests of children" using their services, including forbidding the use of profiling of any kind to target kids with ads. It also requires social media companies -- who are notoriously secretive -- to share crucial information about their actions for the first time, including the ways algorithms shape what users see and the scope and scale of harmful content on the platforms.

For every systemic risk the platforms identify, like restricting freedom of speech or negatively affecting kids, they will have to commit to specific mitigation measures. If they don't, or if their proposed measures don't do enough to stop the harms their services cause, they would be held accountable for the consequences of their inaction through fines and other administrative sanctions.

About Avaaz: Avaaz is a global campaigning organization with 70 million members worldwide and 19 million members in Brazil working passionately to solve the biggest challenges of our time. The organization is 100% funded by small donations from individuals around the world, and has a proven track record of defending human rights, protecting democracies from disinformation, standing up for indigenous rights, and pushing governments for urgent climate action. ###